



TERMO DE REFERÊNCIA
(Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 005//2025)

Unidade Requisitante: Superintendência

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Do Objeto

O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação da empresa **CONTROL MAIS GESTAO EMPRESARIAL LTDA**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 51.196.049/0001-00, estabelecido na Rua Bananeiras, nº 361, sala 101 CXPST 008, Manaíra, João Pessoa/PB, CEP: 58.038-170, para prestação contínua de serviços de assessoria para realização de Auditoria Financeira ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis da Paraíba – CRECI/PB

1.0. Quadro Resumo

| Item | Especificação | Unidade | Quantidade | Valor por etapa | Valor Total |
|------|--|---------|------------|-----------------|---------------|
| 1 | Prestação Serviços de Assessoria para realização de Auditoria Financeira no Conselho Regional de Corretores de Imóveis da Paraíba – CRECI/PB | Dias | 60 | R\$ 20.000,00 | R\$ 60.000,00 |

1.1. O objeto é classificado como bem/serviço de natureza SINGULAR, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

1.2. O prazo de vigência do presente instrumento é de 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do contrato, contados a partir da data de sua assinatura ou da emissão da ordem de serviço.

1.3. Eventuais alterações contratuais obedecerão ao disposto na Minuta Contratual e no art. 124, da Lei nº 14.133/2021.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Inicialmente, cumpre registrar que a solicitação em questão está fundamentada no respectivo Estudo Técnico Preliminar.

2.2. A presente contratação decorre da necessidade institucional de o Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 21ª Região ("CRECI/PB") buscar compreender, objetivamente, a



gestão contábil dos anos 2022, 2023 e 2024, do próprio Conselho, mediante contratação de serviços de assessoria para realização de auditoria financeira, com o fito de compreender o cenário para aprimorá-lo hodiernamente.

2.3. Haja vista a complexidade das atividades exercidas pelo CRECI/PB, compreende-se que a contratação de assessoria especializada, em matéria referida acima, para o Conselho Regional de Corretores de Imóveis da Paraíba ("CRECI/PB"), justifica-se pela necessidade institucional de conferir a lisura e eficiência da administração financeira do Conselho, por intermédio da análise adequada de processos e procedimentos dos setores responsáveis pela gestão financeira e pelo controle interno.

2.4. Outrossim, a auditoria financeira tem por finalidade avaliar e assegurar a conformidade da execução orçamentária e financeira com base na análise dos processos e procedimentos nos setores determinados pelo CRECI/PB, envolvendo o mapeamento dos processos geradores de informação, a modelagem e seus impactos no ciclo básico de cada departamento referentes ao triênio correspondente aos anos de 2022, 2023 e 2024, para identificar possíveis inconsistências e/ou falhas operacionais que possam comprometer a boa gestão dos recursos.

2.5. Desse modo, a atuação da empresa contábil visa atender aos princípios basilares da administração pública, a fim de propiciar responsabilidade, conformidade fiscal, controle financeiro, assim como assegurar a correta aplicação dos recursos arrecadados pelo CRECI/PB, garantindo sua conformidade com a legislação vigente.

2.6. A presente necessidade decorre de diversos fatores referentes à atuação do CRECI/PB, haja vista que esta exige a análise permanente e tempestiva de questões de gestão financeira, uma vez que as atividades desenvolvidas envolvem a regulamentação e fiscalização da profissão de corretor de imóveis, aplicação de sanções administrativas, celebração e gestão de contratos e condução de procedimentos administrativos disciplinares.

2.7. A complexidade dessas demandas requer a presença constante de assessoria técnico-financeira, garantindo que todas as ações do Conselho sejam realizadas em conformidade com a legislação vigente e os princípios da administração pública.

2.8. Ademais, o art. 74, III, "c", da Lei nº 14.133/2021 autoriza a contratação direta por inexigibilidade de licitação para serviços técnicos especializados de natureza singular, tais como auditoria financeira, pode ser realizada por inexigibilidade de licitação, considerando o notório saber da empresa contratada. No caso em questão, a singularidade do objeto é inegável, uma vez que a auditoria financeira requer alto grau de especialização nos âmbitos financeiros e contábeis, associados à experiência na análise de conselhos profissionais.

2.9. A contratação, portanto, é plenamente justificável pela essencialidade do serviço para a continuidade das atividades de gestão financeira da entidade e necessária para assegurar a devida transparência e responsabilidade de administração de recursos pelo CRECI/PB, com o intuito de atender rigorosamente às exigências legais e éticas em âmbito financeiro, consoante o

Sede

www.creci-pb.gov.br

João Pessoa
Av. Almirante Barroso, 918,
Centro, CEP 58013-120
(83) 2107-0406

Delegacias
Regionais

Campina Grande (83) 3321-6969
Patos (83) 3421-2924



disposto no art. 18, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 9º, inciso I, da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022.

2.10. Por fim, a presente contratação atende ao dever institucional do CRECI/PB de promover medidas que assegurem o pleno funcionamento de suas atribuições legais, consolidando sua segurança organizacional e garantindo uma gestão mais eficiente e eficaz, com impacto positivo para a categoria dos corretores de imóveis e para a sociedade em geral.

2.11. Essa iniciativa reforça o compromisso do CRECI/PB com a legalidade e a excelência em sua atuação pública, contribuindo para o fortalecimento de sua imagem institucional e de sua capacidade regulatória.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A presente contratação está direcionada à obtenção de solução técnica especializada, com o objetivo de propiciar a prestação contínua de serviços de assessoria contábil para a realização de auditoria financeira ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis da Paraíba – CRECI/PB. Essa solução busca atender à necessidade institucional do CRECI/PB de garantir segurança organizacional, legalidade e eficiência em suas atividades normativas e regulatórias.

3.2. A solução deverá permitir o alcance dos seguintes resultados:

3.2.1. A partir dos serviços prestados pela assessoria, busca-se obter melhorias em diversos setores do CRECI/PB os quais lidam direta e indiretamente com a gestão financeira. Logo, a referida contratação resultará em maior transparência na gestão dos recursos do CRECI/PB, assim como possibilitará a melhoria na tomada de decisões administrativas, fundamentada em informações confiáveis;

3.2.2. Além disso, a auditoria permitirá a identificação de oportunidades de otimização e eficiência na gestão financeira. Por isso, o reforço à credibilidade da instituição perante seus filiados e órgãos fiscalizadores é outro fator relevante;

3.2.3. A contratação deve também fortalecer a imagem do Conselho Regional, visto que é uma entidade de classe que prima pela legalidade e transparência em seus processos, beneficiando os profissionais que representa;

3.2.4. Diante da importância da transparência, do cumprimento das normas legais e da necessidade de aprimoramento contábil e financeiro, a contratação de uma auditoria financeira para o CRECI/PB é uma medida essencial para garantir a boa gestão dos recursos, em conformidade com os princípios da administração pública e com os objetivos estabelecidos pelo Conselho.



3.3. A análise do ciclo de vida do objeto envolve a identificação de todas as etapas necessárias para a entrega dos resultados esperados, desde o planejamento inicial até o encerramento do contrato. No caso da presente contratação, o ciclo de vida inclui:

- a) **Planejamento e definição do escopo:** Fase já realizada por meio do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e do presente Termo de Referência, com a delimitação do objeto e dos requisitos técnicos necessários.
- b) **Execução do serviço:** Envolve a análise detalhada por parte da empresa contratada, a auditoria financeira e entrega qualificada ao CRECI/PB. O prazo estimado para execução é de 60 (sessenta) dias, garantindo o tempo necessário para a realização de estudos aprofundados e elaboração de um documento robusto e eficaz.
- c) **Avaliação e validação dos resultados:** A auditoria financeira será acompanhada pelos responsáveis institucionais do CRECI/PB, para garantir que os resultados atendam às expectativas e aos objetivos estratégicos da entidade, a fim de as vindouras recomendações serem devidamente cumpridas.
- d) **Adoção de medidas administrativas:** A partir desta auditoria, o CRECI/PB também poderá implementar ajustes ou diretrizes que assegurem conformidade legal e eficiência nas próprias atividades normativas e regulatórias.

3.4. O produto final consiste em suporte técnico de acompanhamento na área para:

3.4.1. Nos setores administrativos, a análise dos processos nos setores de Registro, Alteração Cadastral, Baixa e Secretaria;

3.4.2. Nos setores financeiros, a análise dos processos de Contas a Receber, Cobrança, Tesouraria/Contas a Pagar e Dívida Ativa;

3.4.3. Nos setores operacionais, a análise dos processos de Fiscalização, Controle de Frota, Contratos e Licitações, Compras e Patrimônio;

3.4.4. Nos setores suporte, a análise dos processos de Recursos Humanos, Tecnologia da Informação e Marketing.

3.5. A fundamentação para a especificação da solução está prevista no artigo 6º, inciso XXIII, alínea “c” e no artigo 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que determinam a necessidade de descrição detalhada do objeto da contratação, considerando o ciclo de vida do serviço prestado. Adicionalmente, o artigo 9º, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022 reforça a importância da adequada definição dos requisitos da contratação, assegurando que a solução escolhida atenda plenamente às necessidades institucionais do órgão.

3.6. Essa abordagem assegura a plena realização dos objetivos institucionais do CRECI/PB, promovendo a segurança organizacional e a eficiência administrativa que o mencionado Conselho Regional requer.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Os serviços contratados pela Administração Pública, por força do comando Constitucional albergado no art. 37, XXI, devem seguir os regramentos e procedimentos legais instituídos para este fim. Confira-se:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Grifos nossos.

4.2 O supracitado dispositivo constitucional, de seu turno, foi regulamentado pela Lei nº 14.133/2021, entre outras, que instituiu normas para licitações e contratações da Administração Pública, destinadas a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (art. 5º, caput).

4.3 Desses dispositivos, extrai-se a exigência, como regra geral, de licitação prévia para ajustes da Administração Pública, bem como regulamentação para as exceções. Isto porque há aquisições e contratações que possuem características que tornam impossíveis, inviáveis e/ou antieconômicas e desnecessárias as licitações nos trâmites usuais.

4.4 Na ocorrência dessas situações, a Lei de Licitações e Contratações previu exceções à regra; entre elas, as licitações dispensáveis e inexigíveis (as chamadas dispensas e inexigibilidades de licitação).

4.5 No caso concreto, a contratação almejada deve ser processada por **inexigibilidade de licitação** já que se enquadraria no dispositivo de exceção previsto no art. 74, III, “c”, da Lei nº 14.133/2021, vejamos:

Art. 74. É **inexigível a licitação** quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

- a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
- h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e



do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

4.6 Nos casos previstos nos incisos II e III, do art. 74, materialmente, há possibilidade de se realizar o processo de licitação. Porém, ainda que se ofereça a oportunidade a todos com o processo de licitação, a adoção do procedimento naquelas hipóteses, poderá representar um obstáculo ao atingimento satisfatório do interesse público, pois o estabelecimento de competição não representaria o melhor critério para a escolha da proposta mais vantajosa ao Poder Público, em razão da singularidade do objeto da futura contratação e da infungibilidade dos serviços e do prestador.

4.7 O inciso III, do mencionado art. 74, prevê a inexigibilidade para os serviços técnicos especializados. Dentre os serviços técnicos, cuja realização da licitação é inexigível, estão incluídos os serviços de assessoria ou consultoria técnica (art. 74, III, "c").

4.8 No caso do art. 74, especialmente do inciso III, que trata dos serviços de assessoria especializados para a realização de auditoria financeira, objeto do presente termo de referência, a licitação não é apenas dispensada, mas é inexigível. Vale dizer, portanto, que ingressa na esfera da discricionariedade do Poder Público e, caso este contrate serviços de contabilidade sem licitação com o particular, por força da ressalva da lei, tal contrato não poderá ser atacado sob alegação de ilegalidade.

4.9 Por seu turno, o Conselho Federal de Contabilidade (Decreto-Lei nº 9.295/1946) define as atribuições do Contador e estabelece o seguinte:

Art. 25. São considerados trabalhos técnicos de contabilidade:

a) organização e execução de serviços de contabilidade em geral;

b) escrituração dos livros de contabilidade obrigatórios, bem como de todos os necessários no conjunto da organização contábil e levantamento dos respectivos balanços e demonstrações; c) perícias judiciais ou extra-judiciais, revisão de balanços e de contas em geral, verificação de haveres, revisão permanente ou periódica de escritas, regulações judiciais ou extra-judiciais de avarias grossas ou comuns, assistência aos Conselhos Fiscais das sociedades anônimas e quaisquer outras atribuições de natureza técnica conferidas por lei aos profissionais de contabilidade.

§ 1º Os serviços profissionais de contabilidade são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, nos termos da lei.

§ 2º Considera-se notória especialização o profissional ou a sociedade de profissionais de contabilidade cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato."

Sede

www.creci-pb.gov.br

João Pessoa
Av. Almirante Barroso, 918,
Centro, CEP 58013-120
(83) 2107-0406

Delegacias
Regionais

Campina Grande (83) 3321-6969
Patos (83) 3421-2924





4.10 Sendo exatamente o caso em questão, visto o vasto conjunto probatório que confere o enquadramento legal à empresa **CONTROL MAIS GESTAO EMPRESARIAL LTDA.**

4.11 Além disso, cabe ressaltar que é necessário que a Administração Pública atenda aos seguintes requisitos, para a contratação direta:

- (a) procedimento administrativo prévio;
- (b) notória especialização do profissional;
- (c) singularidade do serviço;
- (d) inadequação do serviço pelos integrantes da entidade pública;
- (e) preço compatível com o mercado.

4.12 Assim, passa-se a demonstrar o pleno preenchimento dos requisitos a seguir.

a) DA SINGULARIDADE DO OBJETO

4.13 Quando a lei se refere à singularidade do objeto, está fazendo menção a singularidade, no presente caso, aos serviços prestados, às peculiaridades que envolvem o exercício profissional e a própria regulamentação da profissão, que preconiza independência do contador e liberdade na prestação de serviços.

4.14 Dessa forma, tem-se a singularidade, a que a Lei de Licitações se refere, e está ligada ao fato de que o serviço do contador não é possível ser comparado. Na realidade, exercer a contabilidade é uma atividade que exige obediências formais, ritos e procedimentos, mas que não exige padronização de serviço. Cada profissional tem um jeito todo particular de atuar, é praticamente impossível comparar o serviço de um contador com o de outro, ou de uma empresa específica de contabilidade com a de outro. **As particularidades da profissão e a confiança que se deposita em determinado contador revelam a natureza personalíssima de seu trabalho.**

4.15 É imperioso ressaltar que a autorização de contratação direta por inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, da Lei nº 14.133/2021, determina que o serviço técnico especializado seja de **natureza singular**, executado por profissional de **notória especialização**. José dos Santos Carvalho Filho conceitua estes dois requisitos da seguinte maneira:

A lei considera de notória especialização o profissional ou a empresa conceituados em seu campo de atividade. Tal conceito deve decorrer de vários aspectos, como estudos, experiências, publicações, desempenho anterior, aparelhamento, organização, equipe técnica e outros do gênero.

[...]

Além dessas características, impõem a lei os serviços tenham natureza singular. Serviços singulares são os executados segundo características próprias do executor. Correta, portanto, a observação de que "singulares são os serviços porque apenas podem ser prestados, de certa maneira e com determinado grau de confiabilidade, por um determinado profissional ou empresa. Por isso mesmo é que a singularidade do serviço está contida no bojo da notória especialização.



4.16 Com efeito, os serviços de assessoria contábil são singulares porque são marcados por uma orientação pessoal tão específica de cada pessoa, que podem até mesmo ser considerados únicos, embora não o sejam. Pode-se dizer que são serviços *intuitu personae*. Na definição de Celso Antônio Bandeira de Mello, serviços singulares, de um modo geral:

São todas as produções intelectuais, realizadas isolada ou conjuntamente – por equipe –, sempre que o trabalho a ser produzido se defina pela marca pessoal (ou coletiva), expressada em características científicas, técnicas ou artísticas importantes para o preenchimento da necessidade administrativa a ser suprida (2000, p. 470).

4.17 Por outro lado, cumpre destacar que não basta que o serviço seja singular, mas que essa singularidade seja relevante. Ou seja, ainda que os serviços em contabilidade sejam singulares, é necessário que sejam tão relevantes e de tamanha importância que autorizem a exceção à regra legal das licitações para a satisfação das necessidades do Poder Público. Nesse sentido, nas lições também de Bandeira de Mello:

[...] a singularidade é relevante e um serviço deve ser havido como singular quando nele tem de interferir, como requisito de satisfatório atendimento da necessidade administrativa, um componente criativo de seu autor, envolvendo estilo, o traço, a engenhosidade, a especial habilidade, a contribuição intelectual, artística, ou a argúcia de quem o executa, atributos, esses, que são precisamente os que a Administração reputa convenientes e necessários para a satisfação do interesse em causa (2000, p. 479).

4.18 Portanto, inexigível será a licitação quando singular for o serviço a ser contratado, quando essa singularidade seja relevante e quando o produto do trabalho profissional não possa ser comparado com o produto de outro, de tal forma que se justifique a contratação direta pelo Poder Público. Por outro lado, também existem serviços que em função da sua matéria, complexidade, exigem apreciação por uma equipe de profissionais alheios ao corpo de servidores da Administração.

4.19 Assim, embora não exista um critério objetivo, um padrão geral para se definir a existência de singularidade ou não em determinado serviço, estando intimamente atrelada essa análise a cada caso, entendemos que, no caso em tela, há a caracterização dos serviços técnicos especializados pela experiência comprovada nos autos.

4.20 Assim, a presença do elemento confiança justifica o fato da Administração poder escolher, dentre os muitos profissionais devidamente gabaritados e competentes, aqueles que mais despertem sua confiança, isto é, aquele que tenha, aos olhos do Poder Público, maior compatibilidade com seus contratantes. Ou seja, os atributos profissionais do contratado devem despertar no contratante a convicção de que o serviço deste será irrefutavelmente superior ao dos demais, em atendimento às necessidades da Administração e às exigências da situação concreta.

4.21 Também a confiança tem origem na discricionariedade de que dispõe o Poder Público ao tratar de questões de mais alta relevância jurídica ou política. Não se pode esperar que o administrador tenha objetividade total. Certamente, a escolha de certos profissionais em

Sede

www.creci-pb.gov.br

João Pessoa
Av. Almirante Barroso, 918,
Centro, CEP 58013-120
(83) 2107-0406

Delegacias
Regionais

Campina Grande (83) 3321-6969
Patos (83) 3421-2924





detrimento de outros, levará em consideração a confiança e segurança de que a atividade será realizada a contento por aquele que se contrata.

4.22 Assim, não resta qualquer dúvida sobre a possibilidade da presente contratação de empresa contábil com base no art. 74, III, “c”, da Lei nº 14.133/2021.

b) DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO

4.23 É notória a especialização de **CONTROL MAIS GESTAO EMPRESARIAL LTDA**, que demonstra capacidade técnica comprovada para a prestação de serviços profissionais de assessoria para realização de Auditoria Financeira, a fim de assegurar conformidade fiscal, controle financeiro, suporte administrativo, bem como garantir gestão eficiente e transparente durante o triênio 2022/2023/2024 do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da Paraíba (“CRECI/PB”).

4.24 Ademais, a supramencionada empresa detém especialização em gestão financeira, controladoria e mapeamento de processos, tendo em vista que direciona suas atividades para proporcionar maior eficiência, segurança e transparência em atendimento às demandas circunstanciais dos clientes. Por isso, demonstra a incumbência com a gestão financeira dos clientes por meio de processos estruturados, informações precisas e suporte estratégico, a fim de garantir uma base sólida para a tomada de decisões.

4.25 Ressalta-se a atuação especializada na área pela seu Sócio-Administrador, Cláudio Pereira de Araujo Bezerra, o qual possui graduação em Administração e Ciências Contábeis, MBA em Gestão de Finanças, Controladoria e Auditoria, MBA em Tecnologia da Informação e MBA em Gestão Empresarial, além de ser Sócio-Diretor de empresa no ramo de consultoria empresarial há mais de sete anos no mercado e atuar no âmbito de gestão financeira há mais de duas décadas.

4.26 Assim, a opção de contratação direta via inexigibilidade é uma escolha que cabe ao gestor e encontra respaldo legal no artigo 74, inciso III, alínea “c”, da Lei nº 14.133/2021. Além disso, a atuação de empresa contábil visa atender aos princípios basilares da administração pública, a fim de propiciar responsabilidade e assegurar a correta aplicação dos recursos arrecadados pelo CRECI/PB, garantindo sua conformidade com a legislação vigente.

4.27 Portanto, é evidente que a empresa contábil possui amplo conhecimento teórico e prático na matéria objeto da contratação, conforme demonstrado nos documentos apresentados, bem como total capacidade e comprometimento no cumprimento das medidas a serem adotadas.

c) INADEQUAÇÃO DO SERVIÇO PELOS INTEGRANTES DA ENTIDADE PÚBLICA

4.28 Conforme já repisado, o Conselho Regional de Corretores de Imóveis da Paraíba – “CRECI/PB”, não possui em seu quadro profissionais especialistas em matéria financeira e

contábil aptos a realizar as adequações internas necessárias aos trabalhos, processos e diligências necessárias às operações atinentes à matéria.

4.29 Diante deste cenário, **é eminente a necessidade** da contratação, pois torna-se imperiosa e legítima a busca do CRECI/PB em promover e desenvolver medidas que propiciem uma gestão eficiente e eficaz, sendo a prestação contínua de serviços de assessoria, para realização de Auditoria Financeira, uma estratégia técnica que contribuirá positivamente com a governança, trazendo mais segurança e resultados aos processos inerentes às temáticas necessárias.

d) DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

4.30 Como visto, in casu, a empresa, sem dúvida, possui notória especialização. Valendo-se da documentação comprobatória da qualificação técnica, podemos perceber que o Sócio Fundador possui formação acadêmica em Ciências Contábeis, com especializações na área de gestão financeira, com específica atuação no âmbito apoio administrativo e assessoria financeira e, principalmente, detém vasta experiência em assessoria técnica diante das circunstâncias consoantes às matérias financeiras.

4.31A empresa é, portanto, conceituado em suas áreas de atuação, o que torna a prestação de serviços contábeis especializados, em questão, altamente recomendável e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato. A Administração Pública deve primar pela eficiência no serviço, em consagração a esse princípio constitucional, como forma de contribuir para a melhor prestação das atividades estatais.

4.32 Sendo a prestação contínua de serviços de assessoria técnico-financeira, em questão, a única capaz de satisfazer o interesse público almejado, a realização de procedimento licitatório apenas provocaria o dispêndio de recursos públicos de maneira absolutamente desnecessária. **O caso é, sem dúvida, de inexigibilidade de licitação.**

4.33 Assim, tem-se justificada a escolha da modalidade de contratação por inexigibilidade de licitação, com base no esculpido no art. 74, III, “c”, da Lei nº 14.133/2021.

4.34 Sustentabilidade

4.31.1. Digitalização e Redução do Consumo de Papel: os serviços contratados deverão priorizar o uso de documentos digitais para minimizar o consumo de papel, promovendo práticas sustentáveis alinhadas às diretrizes da Administração Pública. Sempre que possível, a tramitação de pareceres, relatórios e demais documentos deverá ocorrer por meio eletrônico.

4.31.2. Redução de Deslocamentos Físicos: a prestação dos serviços deverá, sempre que possível, ser realizada de forma remota, utilizando videoconferências e canais digitais para reuniões, reduzindo a necessidade de deslocamentos e, conseqüentemente, a emissão de gases poluentes.



4.31.3. Logística Reversa e Gestão de Resíduos: a empresa contratada será incentivada a adotar medidas de logística reversa para materiais de escritório eventualmente utilizados, promovendo o descarte responsável e a reciclagem de resíduos administrativos.

4.31.4. Conscientização Ambiental: A contratada será incentivada a adotar programas internos de conscientização ambiental, promovendo práticas sustentáveis entre seus colaboradores.

4.32. Responsabilidade Social

4.32.1. Condições Dignas de Trabalho: a empresa contratada deverá comprovar que adota práticas de responsabilidade social, garantindo o cumprimento da legislação trabalhista, condições dignas de trabalho, respeito aos direitos humanos e promoção da igualdade de oportunidades entre seus colaboradores.

4.32.2. Inclusão e Diversidade: será incentivada a contratação de empresas que promovam políticas inclusivas de diversidade e equidade, priorizando a valorização de grupos historicamente desfavorecidos no ambiente de trabalho.

4.32.3. Valorização da Economia Local: Sempre que possível, a empresa deverá priorizar a contratação de fornecedores e prestadores de serviços locais para suas operações administrativas, contribuindo para o desenvolvimento econômico da região.

4.33. Modelo de Execução dos Serviços

4.33.1. Critérios de Prestação dos Serviços: a auditoria deverá ser prestada de forma contínua em referência aos anos de 2022, 2023 e 2024, garantindo suporte técnico especializado no que for necessário para atender os aspectos inerentes dos setores determinados pelo CRECI/PB, em contribuição a uma gestão eficiente e transparente, atestando e assegurando conformidade fiscal e controle financeiro.

4.33.2. Qualificação Profissional: os serviços deverão ser prestados por profissionais com comprovada expertise em contabilidade direcionada à assistência pública e administrativa, diante das peculiaridades e especificidades na compreensão das circunstâncias da demanda necessárias ao CRECI/PB.

4.33.3. Ferramentas de Comunicação e Atendimento: a contratada deverá dispor de canais ágeis de comunicação, permitindo atendimento remoto e presencial, de acordo com a demanda do CRECI/PB.

4.34. Subcontratação

4.34.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.35. Garantia Contratual

4.35.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. Os serviços serão executados mediante as disposições, obrigações e contraprestações previstas no contrato firmado e assinado entre as partes.

5.2. O período de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do contrato, com possibilidade de renovação, conforme o interesse das partes.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o CRECI/PB e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput.

6.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e às medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.7. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158, da Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7. DA FORMA E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.1. Para liberação de atesto e pagamento, a contratada deverá constar na nota fiscal/fatura, as seguintes informações:

7.1.1. Resumo do objeto do contrato;

7.1.2. Local da execução do objeto contratado. Exemplo: João Pessoa - PB;

7.1.3. Referência: mês/ano;

7.1.4. Indicação do número da inexigibilidade de licitação;

7.1.5. Número do contrato.

7.2. O pagamento do valor contratado será efetuado em dois momentos, sendo 50% (cinquenta por cento) do valor objeto de contrato a serem pagos no ato da entrega do primeiro relatório, isto é, R\$30.000,00 (trinta mil reais), e os outros 50% (cinquenta por cento), ou seja, R\$30.000,00 (trinta mil reais), referentes ao ato de entrega do relatório final, em consonância com as diretrizes dispostas no art. 145, §1º, da Lei 14.133/2021, e mediante a apresentação dos documentos de regularidade fiscal previstos neste Termo de Referência.

7.3. Ressalta-se que, na contratação em análise, os serviços prestados por assessoria contábil, especializada para realização de Auditoria Financeira, no âmbito do CRECI/PB, envolve o exame de contas, demonstrações financeiras, registros contábeis e conformidade legal dos atos de gestão fiscal e orçamentária da entidade, haja vista que se trata de serviço técnico profissional especializado, com execução baseada no conhecimento técnico e metodologias específicas, as quais apenas serão possíveis realizar mediante a mobilização de recursos financeiros; neste caso, em caráter parcial.

7.4. Por conseguinte, a antecipação viabiliza o início imediato da auditoria, indispensável para atender aos prazos legais e regimentais de prestação de contas aos órgãos de controle e à sociedade, evitando atrasos que poderiam comprometer a transparência e a regularidade da gestão financeira do Conselho.

7.5. Destarte, considerando a indispensabilidade do pagamento parcial antecipado para a execução dos serviços contratados, a natureza técnica especializada da contratação e a previsão legal no §1º, do art. 145, da Lei nº 14.133/2021, mostra-se legal e justificada a excepcionalidade do pagamento parcial antecipado.

7.6. O CRECI/PB reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato do atesto da nota fiscal, verificar que o serviço prestado não corresponde às especificações dos itens, conforme este Termo de Referência e da proposta apresentada.

7.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.8. Liquidação

7.8.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.8.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a nota fiscal ou fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.8.2.1. O prazo de validade;

7.8.2.2. A data da emissão;

7.8.2.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;



7.8.2.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.8.2.5. O valor a pagar; e

7.8.2.6. O eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.8.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.8.4. A nota fiscal ou fatura deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada, no art. 68, da Lei nº 14.133/2021.

7.8.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.8.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.8.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a ampla defesa ao contratado.

7.8.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.9. Prazo de pagamento

7.9.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.10. Forma de pagamento

7.10.1. O pagamento será realizado pelo Contratante, preferencialmente, mediante boleto bancário, emitido pela Contratada.

7.10.1.2. Não sendo possível a emissão do boleto bancário a que alude o subitem anterior, o pagamento poderá ser efetuado, de forma excepcional, por meio de transferência bancária, em banco, agência e conta corrente de titularidade da Contratada.



7.10.2. Quando do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.10.3. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de processo de CONTRATAÇÃO DIRETA, na modalidade INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fundamento no art. 74, III, "c", da Lei Federal nº 14.133/21, por se tratar de contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização.

8.2. Previamente à contratação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para a contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) CADIN;

c) Consulta Consolidada da Pessoa Jurídica – TCU
(<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);

d) Certidão Negativa Correicional – CGU
(<https://certidoes.cgu.gov.br/>).

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12, da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por consulta ao SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.5. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.8. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:



8.8.1. Habilitação Jurídica:

8.1.1.1. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.1.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.8.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.8.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou municipal, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.2.8. Declaração de que não emprega menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 68, inc. VI, da lei nº 14.133/2021, c/c. o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

8.2.2.9. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II).

9. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor total estimado para a contratação é de R\$60.000,00 (sessenta mil reais), haja vista que o total é calculado com base nos R\$20.000,00 por ano analisado, ou seja, como o objeto



possui a referência dos anos de 2022, 2023 e 2024, o valor total corresponde à análise das atividades desempenhadas no mencionado triênio.

9.2. Cabe ressaltar, então, que pagamento do valor contratado será efetuado em dois momentos, sendo 50% (cinquenta por cento) do valor objeto de contrato a serem pagos no ato da entrega do primeiro relatório, isto é, R\$30.000,00 (trinta mil reais), e os outros 50% (cinquenta por cento), ou seja, R\$30.000,00 (trinta mil reais), referentes ao ato de entrega do relatório final, em consonância com as diretrizes dispostas no art. 145, §1º, da Lei 14.133/2021, e mediante a apresentação dos documentos de regularidade fiscal previstos neste Termo de Referência.


10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA


10.1. O presente objeto tem sua classificação contábil registrada na seguinte rubrica orçamentária: 6.3.1.3.04.01.002 – Serviço de Assessoria e Consultoria.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DA EXPEDIÇÃO

11.1. Este Termo de Referência foi expedido na cidade de João Pessoa/PB, em 29 de abril de 2025 por:


HERMANO BATISTA DE AZEVEDO – MATRÍCULA 022
Equipe de Apoio – CRECI/PB


ANGELA CORNELIO DA SILVA – MATRÍCULA 073
Equipe de Apoio – CRECI/PB